



[Atribuição BB CY 4.0](#)

## *Educação e cultura afro-amazônica: ecos da diáspora negra na tradição do carimbó*

Odirley Antonio da Silva Medeiros<sup>1</sup>  
Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo analisa a interseção entre educação e cultura afro-amazônica, com foco na tradição do carimbó como expressão da diáspora negra. A partir de uma revisão bibliográfica, são destacados autores como Geertz (1989), Hall (2006), Lopes (2004) e Almeida (2018), que fundamentam discussões sobre identidade cultural, resistência e o impacto do racismo estrutural no Brasil. Argumenta-se que o carimbó, enquanto prática cultural afro-amazônica, não apenas preserva a memória e a ancestralidade africana, mas também atua como instrumento pedagógico de valorização da diversidade e superação de desigualdades. A inclusão dessas práticas nos currículos escolares, especialmente após a Lei 10.639/2003, é apresentada como essencial para construir narrativas educativas que combatam preconceitos e promovam uma pedagogia decolonial voltada à emancipação e ao fortalecimento identitário.

### **Palavras-chave**

Diáspora negra; carimbó; educação decolonial; racismo estrutural.

<sup>1</sup> Mestrando em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins (CUTINS/Cametá). E-mail: [odilonbahia@yahoo.com](mailto:odilonbahia@yahoo.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação (Universidade Metodista de Piracicaba). Professor de Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). E-mail: [falabelo@ufpa.br](mailto:falabelo@ufpa.br)

Recebido em: 24/02/2025  
Aprovado em: 09/09/2025

800

# *Afro-Amazonian education and culture: echoes of the black diaspora in the carimbó tradition*

## *Abstract*

This article analyzes the intersection between education and Afro-Amazonian culture, focusing on the carimbó tradition as an expression of the black diaspora. From a bibliographical review, authors such as Geertz (1989), Hall (2006), Lopes (2004) and Almeida (2018) are highlighted, who support discussions on cultural identity, resistance and the impact of structural racism in Brazil. It is argued that carimbó, as an Afro-Amazonian cultural practice, not only preserves African memory and ancestry, but also acts as a pedagogical instrument for valuing diversity and overcoming inequalities. The inclusion of these practices in school curricula, especially after Law 10,639/2003, is presented as essential to construct educational narratives that combat prejudice and promote a decolonial pedagogy aimed at emancipation and strengthening identity.

801

## *Keywords*

Black diaspora; stamp; decolonial education; structural racism.

## 1 Introdução

Discutir o conceito de cultura no campo da Educação exige um movimento de atualização intelectual e política, sobretudo quando se trata de reconhecer e valorizar as manifestações culturais afro-brasileiras e amazônicas. Este artigo parte da compreensão de que a cultura é uma categoria central para se pensar as transformações sociais contemporâneas e que, no campo educacional, termos como “cultura escolar”, “diversidade cultural”, “multiculturalismo”, “interculturalidade” e “cultura negra” passaram a compor o vocabulário pedagógico com cada vez mais frequência, refletindo as demandas de movimentos sociais, étnico-raciais e identitários.

Nosso objetivo é analisar de que forma a cultura afro-amazônica, especialmente a tradição do carimbó como eco da diáspora negra, pode ser compreendida e potencializada no espaço escolar como prática pedagógica de resistência, valorização identitária e enfrentamento ao racismo estrutural. Busca-se evidenciar como a escola pode deixar de ser um lugar de reprodução de estigmas e desigualdades para tornar-se um território de afirmação da diversidade e da ancestralidade negra.

A investigação se ancora em uma abordagem qualitativa e de cunho interpretativista, com base em revisão bibliográfica de autores como Geertz (1978, 1989), Stuart Hall (2006), bell hooks, Nilma Lino Gomes, entre outros, além do apoio em documentos legais como a Lei 10.639/2003. O recorte teórico-metodológico permite uma análise crítica das representações culturais afro-amazônicas, suas tensões no espaço escolar e suas possibilidades pedagógicas, especialmente a partir das referências simbólicas, históricas e políticas do carimbó.

O leitor encontrará, ao longo deste trabalho, uma reflexão sobre os limites das abordagens multiculturalistas superficiais e uma defesa contundente de práticas educativas comprometidas com a valorização da cultura negra como parte constitutiva da sociedade brasileira. Não se trata de uma abordagem folclorizante ou meramente expositiva, mas sim de uma análise que busca romper com os estigmas e reconhecer a radicalidade da cultura afro-amazônica como matriz de resistência.

Limitar a discussão cultural nesse campo ao elogio às diferenças ou aos estudos de currículo escolar pode limitar a amplitude e a profundidade que a abordagem cultural proporciona. Na perspectiva da cultura afro-amazônica<sup>1</sup>, particularmente nos ecos da diáspora negra na tradição do carimbó<sup>2</sup>, transcende os conceitos acadêmicos: trata-se das vivências concretas de sujeitos que, ao longo da história, atingiram valores, significados e formas de resistência. De acordo com Vianna (1995), o processo de nacionalização e regionalização dos gêneros musicais de origem afro-brasileira resultou de um conjunto de representações que circularam em diferentes contextos. Diversos assuntos sociais desenvolvidos para que esses gêneros deixem de ser vistos como expressões “não-civilizadas” e “degradantes”, passando a ser reconhecidos como manifestações capazes de representar suas identidades culturais.

A cultura, como descrita em Geertz (1989), orienta comportamentos sociais, adaptando os indivíduos ao meio e, simultaneamente, transformando-o. No caso da tradição do carimbó, de acordo com a pesquisa de mestrado “Carimbó – um canto caboclo<sup>3</sup>” de Maciel (1987) a teia cultural revela sistemas de representações históricas, que refletem e regulam o relacionamento entre os indivíduos e os grupos sociais. Esses sistemas, introjetados pela educação, promovem a homogeneidade necessária à vida coletiva, ao mesmo tempo em que preservam e difundem a memória e a identidade afro-amazônica.

Para fins deste texto a categoria diáspora é abordada de acordo com a definição de Lopes (2004, p. 237), que na Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana diferencia a este termo da acepção grega que a define como dispersão espontânea. Esta aqui, é trabalhada como desagregação compulsória que por força do tráfico de escravos, espalhou negros africanos por todo o mundo.

Do ponto de vista das leituras que ultimamente tivemos contato, inúmeras referências dão conta de vislumbrar o conceito de cultura em especial podemos dar destaque às contribuições de Hall (2006), Louro (2000) e Silva (2000) onde podemos apreender o sentido do que forja a identidade de maneira a possibilitar uma imersão investigativa mais afeita a destacar a especificidade da cultura em sentido plural nos oferecendo reflexões valiosas para compreender a relação, o universal e as particularidades.

A valorização de uma abordagem que valoriza as especificidades culturais como chave para interpretação de práticas sociais é, ao nosso ver, o ponto de vista mais promissor para se tratar da nossa temática a partir do prisma da educação afro-amazônica. Algo que julgamos fundamental é a possibilidade de reconhecer que a tradição do carimbó não se limita a ser um “universal” da cultura negra, mas reflete particularidades de resistência, espiritualidade e criatividade dos povos que moldaram sua essência no contexto amazônico.

O exercício da musicalidade expressa no carimbó enquanto arte nos leva a relembrar o passado. A crítica ao pressuposto de que a essência do ser humano se limita aos aspectos universais das culturas é essencial para refletirmos sobre a educação no contexto afro-amazônico. Para Geertz (1978), merece destaque a particularidade cultural dos povos no que diz respeito àquilo que se revela de forma mais instrutivas sobre o que é a essência do ser humano em termos gerais. São essas diferenças que percebemos naquilo que nos faz um quanto o que nos torna o todo.

Relembrar o passado é uma ocorrência natural da vida de cada um que parece se acentuar à medida que envelhecemos. Com o passar dos anos, as pessoas vão registrando na memória fatos de toda natureza, o que constitui um verdadeiro patrimônio de informações e de valores culturais que, se não for registrado, será perdido, causando grande prejuízo às novas gerações. (SOUZA, 1999, p. 104)

Quando refletimos sobre a relação entre cultura negra e educação a razão nos oferece a possibilidade de concordar que negros e brancos são geneticamente iguais, entretanto, algumas distorções interpretativas levam ao pensamento de que as diferenças culturais são construídas a partir da classificação do ser humano em raças. As diferenças lapidadas pela cultura refletem o sistema de representações que são influenciados por posições e relações de poder, especialmente nos desdobramentos étnico-raciais no contexto brasileiro. De maneira ampla o que estrutura a classificação das categorias humanas no Brasil é principalmente o racismo estrutural, o que regula as dinâmicas sociais entre os povos. Esta é “a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de reprodução da cultura, mas que demonstra à exaustão a importância das relações raciais para o estudo das sociedades” (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Essas distorções, a exemplo do racismo estrutural, foram introduzidas também pelo mecanismo da cultura e alicerçadas por meio das instituições sociais, é o caso da escola. Na educação formal, a transmissão e socialização da

cultura, assim como as representações negativas em relação ao povo negro, encontram espaço, perpetuação destas posturas. Neste sentido é a escola, uma das instituições mais potentes para se posicionar como espaço de resistência e superação destes processos.

No contexto afro-amazônico, e em especial na tradição do carimbó como um eco da diáspora negra, a escola pode atuar como mediadora entre as experiências históricas de opressão e a valorização das particularidades culturais. Na nossa percepção, inclusão da cultura afro-brasileira e amazônica nos currículos escolares, proposição implementada com a promulgação da lei 10.639/2003 representa uma oportunidade para subverter as representações negativas e resgatar as memórias de resistência, criatividade e ancestralidade, transformando o espaço escolar em um ambiente de emancipação e valorização identitária.

Cabe a escola acolher os diferentes povos que ao longo da história desenvolveram processos de classificação de si e dos outros. Este processo de hierarquização no contexto do racismo interfere desde a construção da autoestima, além da possibilidade de concretização de uma escola verdadeiramente democrática. É fundamental que a escola seja um ambiente em que se reconheça o conjunto de representações sobre a população negra presente na sociedade e por conseguinte na escola, há que se destacar as representações positivas, que vêm sendo construídas politicamente pelos movimentos negros. Percebemos a valorização da cultura negra, como das possibilidades de tradição do carimbó, o que para nós pode ser entendida como uma das possibilidades, ponto de partida valioso para essa tarefa.

Esse trabalho exige um posicionamento político e pedagógico. Supõe a construção de práticas educativas que combatem a discriminação racial e rompem com a “naturalização” das diferenças étnico-raciais, uma armadilha que muitas vezes desliza para o racismo biológico e reforça o mito da democracia racial. Uma alternativa é a inclusão de práticas pedagógicas que destacam a radicalidade e a profundidade da cultura negra, compreendendo-a como uma construção histórica e cultural que transcende a mera exaltação do exótico ou do folclórico.

Neste sentido, Freire é bastante enfático:



Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126)

De acordo com Veríssimo (1970), a atuação dos folcloristas e intelectuais românticos já indicava uma tentativa de valorização de um "povo" nacional, pautada na construção de uma essência patriótica fundamentada em "raízes" consideradas autenticamente nacionais. Nesse contexto, alguns autores destacaram aspectos da amazonidade, embora, frequentemente, relegaram o elemento negro a um papel secundário ou o excluíssem de sua relevância histórica e cultural. Carvalho (1989), por sua vez, confirma tanto as riquezas quanto as adversidades relacionadas à herança negra presente na população amazônica. Apesar de ainda reproduzir a visão de inferioridade racial atribuída aos negros, sua abordagem naturalista sobre a Amazônia incluiu o elemento negro na "visibilidade" e na expressividade cultural da região, consolidando sua importância no panorama sociocultural local.

No debate sobre a cultura afro-amazônica é necessário assumir um compromisso político explícito. Isso implica questionar projetos multiculturais superficiais e reafirmar ações afirmativas, a exemplo da lei 10.639/2003 que promovam a inclusão e valorização da população negra. A possibilidade da abordagem da cultura negra na escola prescinde da precisa fuga de narrativas reducionistas que colocam a cultura negra na posição do exótico, e sim, abordá-la como parte indissociável das questões sociais, históricas, políticas e culturais do Brasil.

Tratar de educação e cultura afro-amazônica, e seus ecos na tradição do carimbó, é um ato político. As relações entre negros e brancos no Brasil não podem ser romantizadas como harmoniosas ou diluídas em questões meramente socioeconômicas. Dados recentes do IBGE e do IPEA sobre desigualdades raciais devem ser referência obrigatória para educadores específicos no tema, pois apontam os desafios estruturais que precisam ser enfrentados para que práticas pedagógicas emancipadoras, como a valorização da cultura afro-amazônica, se tornem realidade.

## **2 Cultura negra e práticas educativas**



Os fatores genéticos que acerca da definição do humano são mais que ponto pacificado. Partir desta constatação é algo crucial para a desconstrução das teorias raciais, pairavam sobre a racionalidade até o início do século XX. Isso foi tão fortemente enraizado que seus ecos perpetuam até os nossos dias.

Se partimos do consenso de que somos semelhantes, o que nos torna diferentes? O argumento mais recorrente aponta para as diferenças que surgem das escolhas culturais, da forma como cada grupo soluciona seus desafios e as imposições da vida em sociedade ao longo da história. As escolhas envolvem disputas por poder entre grupos e povos. De acordo com Lopes e Fabris (2017) as diferenças são criadas nos processos de discriminação negativa, moldando relações que podem aproximar ou afastar, e até mesmo justificar a inferiorização de algumas em relação a outras.

Diríamos que tal tipo de discriminação, infelizmente ainda muito comum no Brasil devido, entre outros elementos, a sua história política, econômica de colônia, de colonização e de país que luta para sair da condição de miséria e de pobreza absoluta de uma parcela considerável da população, é aquela que constitui a alteridade para a exclusão do outro e de si mesmo. Para entendermos e problematizarmos os processos de discriminação negativa, de silenciamentos econômicos, étnicos e culturais e de apagamentos dos sujeitos, esses considerados pelo Estado como cidadãos, faz-se necessário ir além de entendimentos binários que opõem a inclusão da exclusão. Propomos a noção de in/exclusão, como uma maneira de dar visibilidade ao caráter subjetivo que está implicado nos processos de discriminação negativa e nos processos de degradação humana. (LOPES E FABRIS, p. 05)

A citação de Lopes e Fabris aponta para uma análise da discriminação estrutural no Brasil, destacando suas raízes históricas e os impactos contemporâneos sobre a população. Uma referência à colonização e à pobreza endêmica como fatores que perpetuam a discriminação, evidencia a conexão entre processos históricos de exploração e as dinâmicas sociais atuais. A noção de “in/exclusão” proposta pelos autores transcende o entendimento binário entre inclusão e exclusão, revelando que muitas vezes os processos de inclusão são ambíguos e acompanhados de exclusões sutis, perpetuando desigualdades.

Essa abordagem permite ampliar o debate ao considerar os aspectos subjetivos da discriminação, como os silenciamentos culturais e econômicos, bem como os apagamentos identitários. É um chamado à reflexão sobre como a sociedade e o Estado, ao tratarem determinados grupos como cidadãos de segunda classe, manterem práticas de gestão humana que vão além da exclusão

explícita, criando barreiras simbólicas e materiais que limitam o exercício pleno da cidadania.

Ao propor a noção de “in/exclusão”, os autores nos convidam a observar que as políticas e práticas de inclusão frequentemente carregam contradições, como a inclusão subordinada ou controlada, que preserva estruturas de poder e marginalização. A citação enfatiza a importância de questionar essas práticas e buscar formas de inclusão que respeitem a alteridade sem recorrer à exclusão implícita, promovendo uma verdadeira igualdade e dignidade humana.

Nesse sentido, as diferenças, inclusive aquelas aparentemente físicas ou biológicas, são essencialmente construções culturais. A natureza é reinterpretada pela cultura, situando-nos no campo do simbólico, onde as diferenças étnico-raciais foram inventadas. A partir dessa perspectiva, é possível compreender como essas construções moldaram sistemas de posição e exclusão que afetam profundamente a sociedade.

Embora, como afirmado anteriormente, o conceito de “raça” seja inválido, sua relevância social e política são fatos importantes em nossa reflexão. Quando o movimento negro e a pesquisa científica abordam o tema da “raça negra”, a perspectiva adotada é a partir de uma ressignificação. O conceito é modificado para servir de ferramenta política, de luta e afirmação identitária. No tocante à cultura afro-amazônica, a ressignificação é evidente na valorização de práticas culturais a exemplo do carimbó, que simboliza resistência e criatividade diante da opressão histórica.

Contribuições como as estratégias de preservação do folclore foram estabelecidas a partir de reflexões de Carlos Simões baseadas nas obras de folcloristas Vicente Salles, Bruno de Menezes dentre outros. A existência de práticas populares de preservação figura processos de “resistência” à expansão do carimbó no começo dos anos de 1970, que havia alcançado grandes êxitos: “Nos dias atuais, o carimbó parece em franca expansão. E como dança tipicamente paraense, está sendo estimulada nos subúrbios e dentro da própria capital, em movimento de amor à tradição”. (Folha do Norte, 1972, p. 7)

A tradição do carimbó, enquanto manifestação cultural enraizada na diáspora negra, tem potencial para revelar-se como ferramenta poderosa na problematização das questões raciais e ressignificar a rica presença da cultura negra na Amazônia. Sem uma perspectiva politizada, perpetua-se o mito da

democracia racial e mantém-se intactas as estruturas racistas que atravessam a sociedade. Reconhecer e incorporar a riqueza simbólica e histórica da cultura negra é essencial para construir processos educativos emancipadores, que valorize a diversidade e dialogue profundamente com a herança afro-amazônica.

Por outro lado, a Diáspora Negra também pode ser compreendida como um processo de emancipação, conforme o paradigma proposto por Santos (2000). Esse paradigma sugere que as “viagens” impostas ao tráfico negreiro provocaram rupturas nas tradições, mas também transmitiram formas de resistência que resultaram na afirmação cultural e civilizatória de missões submetidas à subalternização. A postura do povo negro frente à barbárie, possibilitou não apenas a preservação de elementos identitários, mas também a sua influência sobre as culturas daqueles que os escravizaram, evidenciando o impacto transformador da presença africana.

A politização da raça e da cultura negra não significa, necessariamente, envolver-se diretamente no movimento social negro, embora isso possa ser uma experiência enriquecedora. Trata-se, acima de tudo, de considerar a complexidade desse terreno, onde identidades foram fragmentadas e autoestima frequentemente destruídas.

No Brasil, a fome, a pobreza e a desigualdade incidem de forma mais severa sobre os descendentes de africanos do que sobre os brancos. Como alguns pesquisadores enfatizam, “eles têm cor”.

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão e, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

Refletir sobre a cultura negra é, também, compreender as lógicas simbólicas construídas historicamente por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Apesar de o Brasil ser extremamente reconhecido como uma nação miscigenada, essa herança africana é marcante na constituição cultural do país, sobretudo na região amazônica, onde práticas como o carimbó ecoam as contribuições da diáspora negra. Ainda assim, ao discutirmos cultura negra, referimo-nos ao

grupo étnico- racial que foi socialmente classificado como negro, grupo que carrega, não apenas a ancestralidade africana, mas também a resistência diante de séculos de exclusão e marginalização.

Embora exista certa insegurança natural de nossa parte em definir o carimbó como uma cultura como “negra”, o fundamental é que quando se trata de culturas oriundas da afrodescendência dos escravizados no Brasil, a preservação desempenha um papel crucial na formação identitária do povo brasileiro negro do Brasil. Essa perspectiva tende a se apoiar nas posições ocupadas pelos seus praticantes na sociedade brasileira. A questão central aqui passa a ser a lógica da cultura criada a partir da africanidade e da identidade forjada no Brasil, e suas influências na vida de toda a sua população. Essa lógica é uma construção cultural. No debate educacional sobre saberes e educação Pinho e Miranda (2023) nos ajudam a entender que:

Outro aspecto que deve ser considerado nessa discussão é a ausência de compreensão sobre a identidade, de modo que a pessoa que vivencia a discriminação, o preconceito e o racismo sofrem e se afeta mais, pois desconhece a importância de suas origens étnicas e se sente oprimida e até mesmo humilhada. (PINHO E MIRANDA, 2023, p. 90)

No contexto afro-amazônico, a tradição do carimbó exemplifica como essa lógica cultural, recriada, transcende a mera adjetivação, incorporando-se como um símbolo vivo da resistência, criatividade e ancestralidade negra. Ao adjetivarmos essa prática como “afro-amazônica”, registramos não apenas sua origem histórica, mas também seu papel político na valorização das identidades negras e na promoção de um diálogo cultural que fortalece a educação para a diversidade. Incorporar tais reflexões no campo educacional é essencial para desnaturalizar desigualdades, promovendo uma pedagogia crítica que resgata a contribuição da diáspora negra para a formação cultural brasileira.

A cultura negra permite aos negros a construção de um “nós identidade”, de uma história e de uma coletiva. Esse “nós” está profundamente ligado à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade e à vivência da negritude, elementos que se consolidam em um processo de africanidade e recriação cultural. Essa construção coletiva não apenas posiciona o negro diante do outro, mas também destaca aspectos centrais de sua ancestralidade e história, promovendo um senso de pertencimento e resistência.

Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual, aos gays e lésbicas, as lutas raciais, aos negros, o movimento antibelicista, aos pacifistas e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, uma identidade para cada movimento. (HALL, 2006, p. 45)

No entanto, a cultura negra só pode ser plenamente integrada em sua relação com outras culturas presentes no Brasil. Essa interação é marcada por um processo contínuo de trocas, mudanças, significações e ressignificações, onde não há lugar para purezas culturais. No contexto afro-amazônico, essa dinâmica se manifesta de forma emblemática na tradição do carimbó, que sintetiza influências africanas, indígenas e europeias em uma expressão cultural singular e transformadora.

Sendo nossa proposição de debate uma proposta advinda da educação, enquanto área do conhecimento, não podemos ignorar essa complexidade e incorrer no risco de essencializar a cultura negra num processo de cristalização ou folclorização. Fazer isso nos levaria a desconsiderar o dinamismo cultural e reduzir a prática do carimbó a mera manifestação exótica e desconectada de qualquer profundidade histórica e social. E nos perguntamos, apesar dos avanços no que se trata das políticas públicas e do compromisso da militância: Quanto tempo ainda é necessário para reconhecermos a riqueza e a fecundidade das tradições culturais africanas?

No âmbito educacional, estamos conseguindo suprir o processo de valorização da cultura afro-amazônica, não como algo cristalizado, mas como um processo dinâmico de criação e recriação cultural. O carimbó enquanto tradição é a nosso ver um eco da diáspora negra na Amazônia, ferramenta poderosa para promover a valorização e conectar a ancestralidade africana a práticas pedagógicas que reafirmem a riqueza da contribuição cultural negras na formação da identidade e história do Brasil.

Parafraseando os autores com os quais tivemos contato, âmbito do mestrado em Educação e Cultura do programa PPGEDUC/UFGA, na disciplina de Educação, Cultura e Linguagem, podemos perguntar de forma ampla: Quanto tempo ainda será necessário para que a escola se encarregue de forma séria e não essencialistas de avaliar e admitir que a riqueza e a criatividade da cultura negra construída por todo o Brasil, tem enorme peso no que se trata dos processos de resistência e formação cultural da nossa nação? A resposta a este

questionamento, exige mais do que a produção de pesquisas ou a mudança e elaboração de documentos como a os Parâmetros Curriculares Nacionais. Trata-se de ir em busca da consciência cultural do povo negro e ficarmos atentos para a prática ativa dessa cultura pelos sujeitos.

Para Sales (1980), no contexto afro-amazônico, a tradição do carimbó é uma expressão singular dessa herança, unindo elementos africanos, indígenas e europeus em um processo contínuo de criação e recriação cultural. Essa prática musical e dançante, que celebra a corporeidade negra e a ancestralidade africana, oferece um exemplo poderoso de como a cultura negra orienta as vivências e inspira a identidade dos descendentes da diáspora na Amazônia.

O autor aborda o carimbó como uma prática que transcende a mera expressão artística, representando um processo contínuo de hibridismo cultural, aqui no mesmo sentido empregado por Bhabha (2007), que integra elementos africanos, indígenas e europeus. Essa abordagem é particularmente significativa porque reconhece a complexidade das influências que moldam as manifestações culturais amazônicas, sem reduzi-las a uma única origem.

A celebração da corporeidade negra e da ancestralidade africana no carimbó é especialmente poderosa no contexto da Amazônia, onde as tradições afrodescendentes dialogam com as especificidades regionais. Isso evidencia como as práticas culturais não são estáticas, mas sim reinventadas continuamente pelas comunidades, servindo como instrumentos de resistência e afirmação identitária.

### ***3 O corpo e a expressão da identidade***

Uma característica única dos seres humanos é a capacidade de transformar voluntariamente o próprio corpo. Essas transformações, além de variarem de acordo com cada cultura, refletem as especificidades dos segmentos sociais dentro de um mesmo grupo. Assim, a manipulação do corpo, os sinais nele impressos e os penteados podem simbolizar posição, idade, status, poder e realeza, tanto entre sujeitos de um mesmo grupo cultural quanto na relação com diferentes grupos.

Nesta altura da escrita deste texto, cabe ainda mencionar que minha formação na graduação em Educação Física nos ajuda a trabalhar algumas conceituações de objetos desta área de ensino que nos leva a compreensão

histórico-cultural das práticas corporais. A "cultura corporal" como conceito delineado pela perspectiva crítico-superadora da Educação Física em Taffarel e Escobar (2009) nos levam a confirmar que no contexto afro-amazônico, a tradição do carimbó ilustra de maneira vívida essas técnicas corporais como artifício de resistência.

A dança, marcada por movimentos corporais específicos, representa não apenas uma forma de expressão estética, mas também uma manifestação cultural que articula o corpo como sujeito e objeto de uma africanidade recriada. Na pedagogia afro-amazônica, incorporar práticas como o carimbó no espaço escolar é um meio de valorizar as técnicas corporais da diáspora negra e de reafirmar o papel do corpo na construção de identidades e memórias culturais.

A pedagogia corporal ancorada na tradição do carimbó oferece uma oportunidade única para reescrever narrativas e celebrar a riqueza da cultura negra, promovendo uma educação que valoriza a diversidade cultural, a interculturalidade e fortalece as identidades afro-amazônicas. Destaque para a interculturalidade e seus processos, como definido em Costa (2021):

A interculturalidade tem um significado intimamente ligado a um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico em direção a descolonização e a transformação social. É uma perspectiva carregada de sentido pelos movimentos sociais indígenas latino-americanos e negros e que questiona a colonialidade do poder, do saber e do ser. Também denota outras formas de pensar e posicionar-se a partir da diferença colonial, na perspectiva de um mundo "outro". (COSTA 2021, p. 66)

Se considerarmos que o corpo comunica uma multiplicidade de mensagens, compreender a simbologia do corpo negro e os significados atribuídos à manipulação de suas partes, como o cabelo, emerge como um caminho essencial para explorar a riqueza da cultura negra em nossa sociedade.

No Brasil, o processo histórico e cultural moldou a corporeidade negra, especialmente a das mulheres, em um aprendizado marcado por tensões entre exclusão e liberdade, negação e afirmação. Esse movimento não se limita a uma simples transição entre polos opostos; exige uma profunda ressignificação do pertencimento étnico-racial nos âmbitos individual e coletivo. A nosso ver isso muito se assemelha ao que vem sendo a prática de intolerância religiosa, desdobramento muito perigoso do racismo, que para Costa (2021, p. 132) pode ser utilizada para:



Se referir à discriminação e preconceito a praticante das mais variadas crenças. Ressalta-se aqui que a compreensão de preconceito e discriminação estão pautados no defendido por Almeida (2018), em que o primeiro são julgamentos que se faz a respeito de certos aspectos da realidade, uma ideia pré-estabelecida a respeito do comportamento de pessoas por conta da raça ou por conta de algum tipo de característica própria do seu pertencimento social, trabalho pautado basicamente com estereótipos.

Ao referir-se à prática de discriminação contra indivíduos de diferentes crenças, o texto coloca em evidência a intersecção, na definição de Collins (2021) entre preconceito e características de pertencimento social, como raça e religiosidade. Essa perspectiva reforça a necessidade de combater os estereótipos que sustentam atitudes preconceituosas e ações discriminatórias, especialmente em sociedades marcadas por diversidade cultural e religiosa, como o Brasil.

A menção ao preconceito como julgamento sobre certos aspectos da realidade aponta para a natureza subjetiva e construída dessas ideias, sublinhando que elas não têm base objetiva, mas derivam de construções sociais que servem para manter hierarquias de poder e exclusão. Ao mesmo tempo, ao vincular essas práticas a estereótipos, o texto sugere que é possível desconstruí-las por meio de educação e sensibilização, promovendo maior empatia e compreensão entre diferentes grupos.

Para Maciel (1983) no contexto afro-amazônico, a tradição do carimbó apresenta uma oportunidade de desafiar essas narrativas. A dança e a estética do carimbó celebram o corpo negro, destacando sua força, beleza e ancestralidade, resistindo aos padrões hegemônicos de beleza e promovendo uma identidade estética enraizada na africanidade. Esse processo é crucial para a educação, pois possibilita a construção de representações positivas sobre o negro, sua história, sua cultura e sua corporeidade.

Nesse cenário, a educação desempenha um papel fundamental: ressignificar e valorizar a estética negra como elemento central da cultura brasileira, reconhecendo sua contribuição inestimável para a diversidade cultural. A incorporação desses elementos no currículo escolar, seja pela valorização de práticas culturais como o carimbó ou pela reflexão crítica sobre padrões estéticos, é indispensável para fomentar uma pedagogia que celebre a identidade afro-amazônica e enfrente as discriminações históricas que marcam a diáspora negra.

Reverter esse cenário, a partir do campo educacional formal e institucionalizado, requer a implementação de políticas públicas específicas que promovam a equidade racial, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Nesse contexto, é fundamental reconhecer e valorizar a positividade, a beleza e a radicalidade da cultura negra como elementos constitutivos da identidade cultural brasileira.

A efetivação dessas transformações encontra respaldo em marcos legais como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, e a Lei nº 11.645/2008, que ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a cultura indígena nos currículos. Apesar dos avanços legislativos, a aplicação dessas leis ainda enfrenta inúmeros desafios, como a ausência de formação adequada para os profissionais da educação, a resistência institucional e a escassez de materiais didáticos específicos. Superar essas barreiras implica não apenas cumprir as determinações legais, mas também assumir um compromisso ético e político com a construção de uma educação antirracista, democrática e plural.

#### **4 Considerações finais**

Diversos aspectos da cultura negra presentes no Brasil, poderiam ser explorados em suas múltiplas dimensões, da religiosidade aos saberes tradicionais, das práticas estéticas às formas de resistência cotidiana. Neste artigo, elegemos o carimbó como expressão cultural afro-amazônica, reconhecendo sua relevância histórica, simbólica e identitária na sociedade regional.

A primeira vista, manifestações como o carimbó possam parecer desconectadas do universo educacional, compreendemos que educar é também um ato cultural. Os processos educativos ultrapassam os limites da cognição e estão profundamente enraizados em valores, representações e práticas culturais que moldam a forma como percebemos e interagimos com o mundo. Assim, ao trazer o carimbó para o centro da análise, ampliamos o olhar sobre a educação como um campo que também transmite, legitima ou silencia culturas.

Essa abordagem, exige atenção às desigualdades raciais, historicamente construídas. O racismo estrutural, presente nas instituições e nas práticas sociais, produz hierarquias entre saberes e invisibiliza contribuições negras na construção do país. Ignorar esse debate no campo educacional é contribuir para

a manutenção dessas exclusões. Investigar e valorizar manifestações culturais negras, como o carimbó, constitui não apenas um ato pedagógico, mas também político, um passo na direção da equidade.

Compreender o carimbó em sua dimensão educativa significa reconhecer que ele carrega elementos da ancestralidade africana, ressignificados no contexto amazônico, articulando memórias coletivas, territorialidades e resistência. Ao ser incorporado de forma crítica na prática pedagógica, pode fortalecer identidades, promover o pertencimento e estimular o debate sobre a diversidade cultural brasileira.

Dessa forma, reforçamos que o estudo da cultura afro-amazônica, não deve estar dissociado das discussões sobre currículo, formação docente e políticas públicas de valorização da diversidade. A presença do carimbó na escola, seja por meio da música, da dança ou das narrativas orais, contribui para romper com o silenciamento histórico das culturas negras e indígenas, aproximando a educação das realidades vividas por muitos estudantes.

Portanto, a interseção entre educação e cultura afro-amazônica nos convida a repensar os sentidos da escola como espaço de reconhecimento, valorização e transformação. Nesse sentido, reafirmamos que incorporar práticas culturais como o carimbó é essencial para construir uma educação antirracista, plural e comprometida com a justiça social.

### **Referências**

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pôrto Alegre: Sueli Carneiro, 2018.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARVALHO, José Jorge de. **Cultura afro-brasileira e identidade nacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Jurácy. **Interculturalidade e descolonização**: reflexões sobre relações raciais e educação. Salvador: EDUFBA, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**: pensar a emancipação a partir da sala de aula. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da *identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 15-34.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Antônio; FABRIS, Marina. **Discriminação negativa e processos de in/exclusão social**. São Paulo: Editora Sociologia & Política, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACIEL, José. **Carimbó e identidade afro-amazônica**. Belém: UFPA, 1983.

MACIEL, Marco Aurélio. **Carimbó: um canto caboclo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1987.

PINHO, Sandra; MIRANDA, Isabel M. **Global epidemiology of invasive infections by uncommon Candida species: a systematic review**. Journal of Fungi (Basel), v. 10, n. 8, art. 558, 7 de agosto de 2024.

SALES, Maria Aparecida. **Educação e cultura popular**: uma abordagem crítica. São Paulo: Loyola, 1980.

SANTOS, R. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Jessé. **A modernidade seletiva**: uma crítica ao parco universalismo. São Paulo: Cortez, 1999.

VERÍSSIMO, Francisco. **Folclore e identidade cultural na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 1970.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

TAFFAREL, Celi N.; ESCOBAR, Tânia. **Educação Física e cultura corporal: uma perspectiva crítica-superadora.** Campinas: Autores Associados, 2009.